

# TUXAUA

SECRETARIA DE FORMAÇÃO

24 de fevereiro de 2017 | Número 038

## BOLETIM INFORMATIVO



**FETEC** **GUT**  
**Centro Norte**



**'Brasil precisa revolucionar completamente suas instituições'**

Para economista, a saída para o país é política. "Não é uma questão de escolher um caminho X ou Y na economia. A questão é termos para o país uma alternativa política para ter um novo modelo econômico"

Eduardo Maretti

O economista João Sicsú, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), usa o exemplo do Espírito Santo como paradigma da ideia de que, para alguns governantes, "a contabilidade é mais importante do que o equilíbrio social".

A partir de 2015, o estado comandado pelo governador Paulo Hartung (PMDB) desenvolveu um rígido programa de austeridade fiscal. O resultado fiscal de 2015 mostrou um superávit de R\$ 176 milhões e o de 2016, de R\$ 40 milhões. "Recentemente, ele fez um pronunciamento, dizendo que as contas públicas estavam indo muito bem, e que o Espírito Santo era um exemplo de administração orçamentária. Para quem não administra o orçamento olhando para a sociedade, é verdade. Para quem olha o orçamento como apenas uma planilha, pode ser satisfatório. E o resultado foi o caos social no Espírito Santo", diz Sicsú. A realidade do Espírito Santo é exemplar, mas está se generalizando pelo país de maneira sistêmica, começando pelos estados assolados por graves crises, como o Rio de Janeiro. Hoje, por 41 votos a 28, a Assembleia Legislativa do Rio aprovou o texto-base do projeto de lei 2.345/17, que autoriza a venda da Companhia Estadual de Águas e Esgotos (Cedae) em troca de um empréstimo de R\$ 3,5 bilhões da União ao estado.

As dificuldades estaduais podem ser resolvidas pelo governo federal. Mas o governo de Michel Temer está impondo como condição para socorrê-los a privatização de empresas públicas, como a Cedae, no Rio. No Rio Grande do Sul, a moeda de troca que está sendo colocada na mesa é o Banrisul.

Para João Sicsú, a saída da crise brasileira é política. "Porque não é uma questão de escolher um caminho X ou Y na economia. A questão é termos para o país uma alternativa política para que possamos ter um caminho de novo modelo econômico", afirma. "O Brasil precisa revolucionar e renovar completamente a suas instituições para alcançarmos o caminho do desenvolvimento, um caminho que não é possível mais ser retomado com o Judiciário que temos, com o Legislativo que temos e com o Executivo que temos."

**Como o chamado "austericídio" impacta nos estados e contribui para a crise?**

O Espírito Santo é um ótimo exemplo. Está fazendo desde 2015 um programa de corte de gastos para equilibrar receitas ou, na verdade, para ficar até com superávit. Quando se cortam despesas, (o dinheiro cortado) não é um dinheiro que está se jogando fora, mas está sendo utilizado de alguma forma: no salário do funcionalismo, em benefícios sociais ou custeio de escolas públicas. Então, quando se fala em cortar despesas, não se está falando de dinheiro do ponto de vista contábil, mas da vida real. Está-se cortando salário de alguma categoria, deixando de fazer uma escola funcionar adequadamente etc. Essa ideia de que a contabilidade é mais importante do que o equilíbrio social é que tem predominado nos estados.

Com a proposta aprovada na chamada PEC 55, que já é uma emenda constitucional, o que vai-se fazer é limitar os gastos do governo e, ao se limitar os gastos do governo em relação ao ano anterior, para se aumentar o superávit primário tem que cortar gastos: em saúde, educação, previdência, programas sociais, transportes, saneamento, saúde etc. Quando se faz isso, se reduzem despesas do ponto de vista contábil, portanto, o superávit aumenta. Aparentemente é uma saúde das finanças públicas. Mas saúde das finanças públicas não deve ser medida só do ponto de vista contábil, tem que se fazer também um balanço social, sua apropriação pela sociedade.

**Com o governo Temer, isso está fora de questão...**

Sim, mas é assim que deve ser feito. O que aconteceu na Europa e o que aconteceu no Brasil é exatamente isso. Os números fiscais podem até melhorar, mas o orçamento público não se mede só com números, se mede com resultados de bem-estar da sociedade. Esse é o ponto fundamental e de equilíbrio. Não se deve ter nem irresponsabilidade fiscal. mas também não tem que ter irresponsabilidade social.

**Os governos parecem interpretar a realidade como se fosse uma coisa ou outra, como duas possibilidades que se excluem. É possível equilibrar responsabilidade fiscal com social?**

O melhor período das contas públicas brasileiras nas últimas décadas, do ponto de vista contábil, foi de 2007 a 2010, o período em que houve o lançamento de inúmeros programas sociais, como Minha Casa Minha Vida, ProUni, ReUni, Luz para Todos, o lançamento do PAC, Bolsa Família, salário mínimo e gastos na Previdência aumentando. É óbvio que é possível. Mas o fundamental é fazer a economia crescer, reduzir drasticamente o desemprego, porque isso faz aumentar muito a arrecadação, e quando se aumenta a arrecadação há equilíbrio com os gastos. Realmente é muito difícil obter equilíbrio social e fiscal com uma economia em recessão. A saída não é cortar gastos, é estimular o crescimento da economia: as receitas irão retornar e vai haver equilíbrio orçamentário e direito social.

**Se parece tão óbvio que quanto mais desemprego, menor a arrecadação, por que parece tão difícil para economistas e gestores de governos entenderem isso?**

Porque na verdade eles acreditam numa fantasia que é: quando o governo equilibra suas contas, o resultado é que o setor privado vai realizar investimentos. Mas uma coisa não tem nada a ver com a outra. Os empresários investem se têm expectativa de lucro, e não se o governo está fazendo o dever de casa, se está cortando gastos, equilibrando suas contas. Foi argumentado para aprovar essa PEC que a partir do equilíbrio fiscal das contas públicas aumentaria a confiança dos empresários, que a partir daí investiriam. Isso é uma fantasia, não existe na vida real.

**Os deputados do Rio acabam de aprovar a venda da Cedae. A crise dos estados pode se alastrar pelo país ou isso é catastrofismo?**

Acho que a crise que se iniciou com uma crise econômica devido ao baixo crescimento – e é bom que se diga isso –, essa crise que vivemos não é resultado de excesso de gastos do governo, porque excesso de gastos do governo faz a economia crescer e não definhar. Nossa economia parou de crescer e isso gerou desemprego, queda de arrecadação. Associadas à crise, estão vindo aí uma série de medidas de redução ao acesso a benefícios da Previdência, ao seguro desemprego, medidas chamadas regularizadoras que limitam acesso ao Bolsa Família etc. etc. Essa crise pode se transformar numa crise social. E os estados também têm dificuldade de arrecadação devido à economia estar paralisada.

Essa dificuldade dos estados pode ser resolvida pelo governo federal, que está impondo como condição para socorrer os estados a privatização de empresas públicas. A Cedae é um caso, no Rio. No Rio Grande do Sul se exige, por exemplo, a venda do Banrisul. A contrapartida, a exigência que se faz aos estados é privatizar dizendo que isso vai melhorar as contas públicas. A privatização não melhora nada. A decisão de privatizar, no campo técnico ou no campo ideológico, não tem nada a ver com equilíbrio das contas públicas, mas o governo está fazendo isso nos estados. E o resultado é que possivelmente a qualidade dos serviços vai piorar nos estados, associado a benefícios sociais, seguro desemprego etc. Isso pode transformar de fato o Brasil, por motivações estaduais, e do governo federal também, num país com crise econômica, mas com uma crise social de graves proporções.

**O Espírito Santo do governador Paulo Hartung é um bom exemplo de ajuste e austeridade que acabou em crise...**

Nos últimos dois anos ele fez superávit, mas em compensação isso significou não reajustar os salários dos policiais militares, cortar verbas na educação e uma série de outros problemas, mas os principais prejudicados no estado foram os policiais militares e o serviço estadual de Educação.



## Notícia

E o resultado é o que estamos tendo. Recentemente, ele fez um pronunciamento dizendo que as contas públicas estavam indo muito bem, e que o Espírito Santo era um exemplo de administração orçamentária. Para quem não administra o orçamento olhando para a sociedade, é verdade. Para quem olha o orçamento como apenas uma planilha pode ser satisfatório. E o resultado foi o caos social no Espírito Santo. O que tem que se fazer é o governo federal, com os governos estaduais e as grandes prefeituras, um programa de recuperação do emprego, que todos os problemas fiscais vão acabar imediatamente e vão aparecer os recursos para sustentar programas e políticas sociais.

**O deputado estadual do Rio Jorge Picciani disse hoje que “o único que tem dinheiro para colocar as contas em dia é o governo federal”.** Exatamente, porque os governos estaduais não podem se endividar além dos limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. E o governo federal não tem limite nesse endividamento, então, pode se endividar e socorrer os estados – mas ele só socorre os estados estabelecendo essa contrapartida de privatizar ativos estaduais. Existem ativos que não podem ser privatizados e têm alguns que podem ser privatizados, sim, mas também isso não vai melhorar em nada a situação. Por exemplo, não pode privatizar a Cedae, mas se quiser privatizar o Maracanã, pode privatizar. Não tem nenhum impacto na vida real, não é um setor estratégico, não tem implicação no desenvolvimento de um estado, de um país. Já o abastecimento e o fornecimento de água não pode ser jamais privatizado, tem que estar nas mãos do setor público. Essa questão não tem nada a ver com finanças públicas. Nada. Nenhum desses recursos vai resolver o problema de nenhum estado. Os estados só vão perder a autonomia, ficar sujeitos ao setor privado. Imagina um estado onde o setor privado controla o abastecimento de água, as tarifas, a qualidade da água. Isso é gravíssimo. Isso é da sociedade e, portanto, deve ser administrado pelo setor público. A água é um bem público.

**Para sair da crise generalizada, só com outro governo, ou há esperança de sair com o governo atual?**

Eu nunca tive esperança com esse governo (risos). Mas o que estou dizendo é que a saída é política. Porque não é uma questão de escolher um caminho X ou Y na economia. A questão é termos para o país uma alternativa política para que possamos ter um caminho de novo modelo econômico, que recupere o emprego, a geração de renda, a inclusão social. Esse é o caminho que estamos precisando. Precisamos revolucionar e renovar as instituições brasileiras, Executivo, Legislativo e Judiciário para podermos ter uma harmonia desses poderes, em favor das necessidades sociais e de desenvolvimento.

**Com eleição agora ou em 2018?**

Estou falando isso independentemente de eleição. O Brasil precisa revolucionar e renovar completamente as suas instituições para nós adentrarmos o caminho do desenvolvimento, um caminho que não é possível mais ser retomado com o Judiciário que tempos, com o Legislativo que temos e com o Executivo que temos. É preciso, através de transformações políticas, alcançarmos um caminho de mudanças profundas na sociedade brasileira. Já percebemos que remédios paliativos não duram por muito tempo.

<http://www.redebrasilatual.com.br/economia/2017/02/brasil-precisa-revolucionar-completamente-a-suas-instituicoes-diz-joao-sicsu>

Leia mais:

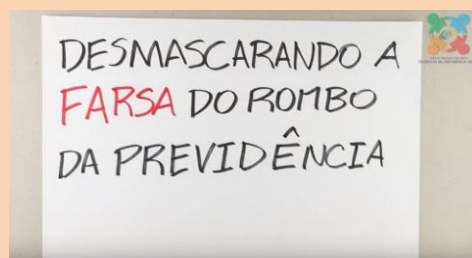
**Para economista, governo quer convencer população de que 'é bom perder direitos'**

<http://www.redebrasilatual.com.br/economia/2017/02/governo-quer-convencer-populacao-de-que-e-muito-bom-perder-os-direitos/>

**"O trabalhador é pressionado a aceitar uma condição aviltante"**

<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/o-trabalhador-e-pressionado-a-aceitar-uma-condicao-aviltante>

## Mordaza? Deputados sugerem que governo processe entidade por contestar dados da Previdência



De acordo com a revista *Época*, os deputados Carlos Marun (PMDB-MS) e Júlio Lopes (PP-RJ) teriam pedido ao governo que acione na Justiça a Anfip, alegando que as informações divulgadas pela associação dificultam a tramitação da PEC 287 na Câmara

Segundo a coluna *Expresso*, da revista *Época*, os parlamentares que fazem parte da Comissão Especial que discute a “reforma” da Previdência estariam irritados com a Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Anfip), uma das entidades mais atuantes na denúncia dos efeitos perversos da PEC 287. As informações divulgadas pela entidade, que contesta o déficit previdenciário alegado pelo governo, dificultariam a tramitação do projeto na Câmara.

A nota afirma que os deputados Carlos Marun (PMDB-MS), presidente da Comissão Especial, e Júlio Lopes (PP-RJ) querem que a Advocacia-Geral da União ingresse com uma ação na Justiça para que a Anfip pare de divulgar tais informações, que eles qualificam de “contrainformação”. Ainda segundo a revista, Michel Temer ouviu a reclamação e teria ficado de “pensar no assunto”.

As reações nas redes sociais contra a possibilidade de censura já começaram. A página do Facebook Pela Verdade na Previdência divulgou a nota publicada por *Época*, lembrando que diversas entidades defendem os estudos realizados pela Anfip. “Um dia após a Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (ANFIP) e o Dieese lançarem duas publicações importantes sobre a Previdência Pública no Brasil, parlamentares ligados ao governo expõe seu desconforto e tentam barrar a verdade de forma arbitrária”, diz o texto. “As cartilhas, ‘Previdência: reformar para excluir?’ e ‘PEC 287: A minimização da Previdência Pública’, mostram a verdade por trás dos números da seguridade social e desmascaram o mito do déficit sustentado pelo governo para avançar com sua agenda de desmonte da Previdência.”

Além das publicações, um vídeo produzido pela entidades se tornou viral no final do ano passado, tento ultrapassado, no final de janeiro, mais de 1,5 milhão de visualizações no Facebook.

Confira abaixo:

**Vídeo:** <https://www.youtube.com/watch?v=cz6xBUkujD0>

**Cartilha:** <http://previdenciabrasil.info/wp-content/uploads/2017/02/EduardoFagnaniS%C3%ADntese.pdf>

<http://previdenciabrasil.info/mordaca-deputados-sugerem-que-governo-processe-entidade-por-contestar-dados-da-previdencia/>





## Exterminador da Previdência é Conselheiro da Brasilprev

*À frente da proposta de reforma da Previdência de Michel Temer, que deixará 70% dos trabalhadores sem aposentadoria pública, segundo o Dieese, Marcelo Caetano integra o conselho de uma empresa de Previdência Privada: a Brasilprev, que, embora pertença ao Banco do Brasil, mantém interesses exclusivamente privados; é atribuída a Caetano manobra que retirou da proposta da reforma a obrigatoriedade de servidores públicos realizarem seus planos apenas por meio de empresas públicas sem fins lucrativos, abrindo caminho para empresas como a Brasilprev; explícito conflito de interesses deve ser denunciado à Comissão de Ética da Presidência da República nesta quinta-feira, 23, pela Pública Central do Servidor; "O exercício simultâneo dessas funções (Secretário de Previdência e Conselheiro da BrasilPrev) levanta dúvidas sobre a isenção das decisões tomadas, máxime quanto à primazia do interesse público sobre os negócios dessa empresa privada", diz o presidente da Pública, Nilton Paixão*



À frente da proposta de reforma da Previdência de Michel Temer, que deixará 70% dos trabalhadores sem aposentadoria pública, segundo o Dieese, Marcelo Caetano integra o conselho de uma empresa de previdência privada: a Brasilprev, que, embora pertença ao Banco do Brasil, mantém interesses exclusivamente privados.

A Lei 12.813, de 2013, sob a qual ministros, secretários, presidentes e diretores de estatais e cargos de confiança estão submetidos determina que há conflito de interesses no exercício de "atividade que implique a prestação de serviços ou a manutenção de relação de negócio com pessoa física ou jurídica que tenha interesse em decisão do agente público ou de colegiado do qual este participe".

Fonte citada pelo Correio Braziliense com trânsito nas negociações da reforma da Previdência contou que, no projeto inicial proposto pela Casa Civil, havia consenso de que não se mexeria na previdência complementar. "No apagar das luzes da formulação da proposta, no entanto, retiraram travas na lei que obrigavam os servidores públicos a fazerem seus planos somente por meio de empresas públicas sem fins lucrativos", disse o jornal.

A medida foi atribuída a Marcelo Caetano e abre portas para instituições financeiras privadas, como a Brasilprev, entrarem no funcionalismo público.

O explícito conflito de interesses deve ser denunciado à Comissão de Ética da Presidência da República nesta quinta-feira, 23, pela Pública Central do Servidor.

Em nota, o presidente da Pública, Nilton Paixão, repudiou a atuação de Marcelo Caetano. "A agenda pública do Sr. Marcelo Caetano revela que, desde que assumiu o cargo, em 21 de julho, o secretário reuniu-se preponderantemente com representantes de bancos, fundos de pensão e de investimento, bem como com organizações patronais, em detrimento do necessário diálogo com sindicatos e demais representantes dos trabalhadores", diz Paixão.

"O exercício simultâneo dessas funções (Secretário de Previdência e Conselheiro da BrasilPrev) levanta dúvidas sobre a isenção das decisões tomadas, máxime quanto à primazia do interesse público sobre os negócios dessa empresa privada."

Leia na íntegra a nota da Pública:

<http://www.brasil247.com/pt/247/brasil/281828/Exterminador-da-Previd%C3%Aancia-%C3%A9-conselheiro-da-Brasilprev.htm>

## CUT lança "Aposentômetro" em parceria com o Dieese

Calculadora da aposentadoria demonstra que a classe trabalhadora será prejudicada se Reforma da Previdência passar no Congresso



Nesta terça-feira (21), a CUT lançou o "Aposentômetro", uma calculadora que ajudará trabalhadores e trabalhadoras a descobrir com qual idade se aposentarão, caso seja aprovada a Reforma da Previdência proposta pelo governo ilegítimo de Michel Temer. O projeto de Temer aumenta a idade mínima para 65 anos, tanto para homens quanto para mulheres, do campo e da cidade; e aumenta o tempo de contribuição de 15 anos para 25 anos. O conjunto de medidas impõe tantas dificuldades e restrições que praticamente vai impedir que uma grande parte da classe trabalhadora consiga se aposentar.

Como disse o presidente da CUT, Vagner Freitas, "Temer não quer reformar a Previdência, quer acabar com a aposentadoria dos trabalhadores".

Com o mote "Reaja agora ou morra trabalhando", a CUT deu início a um movimento que pretende tomar as ruas do país pela preservação da aposentadoria, um direito histórico da classe trabalhadora. O "Aposentômetro" é uma das ações que contribuirão para dar aos trabalhadores argumentos para combater essa reforma e foi elaborado pelo Dieese (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos). E por falar em ocupar as ruas, temos atos marcados para os dias 8 - Dia Internacional da Mulher -; e, 15 de março - Dia Nacional de Paralisação Contra a Reforma da Previdência. A CUT (Central Única dos Trabalhadores) já está nas ruas, nos locais de trabalho, nas Câmaras Municipais e entidades de classe debatendo os prejuízos que esta reforma provoca, conscientizando a sociedade e convocando a população para a ir às ruas contra o fim da aposentadoria.

Utilizar a calculadora é muito fácil, basta informar o gênero, a data de nascimento e o tempo de contribuição para o INSS.

O "Aposentômetro" irá informar ao trabalhador quanto tempo lhe resta de trabalho até a aposentadoria nas regras atuais e como ficará se a proposta de Reforma da Previdência do governo for aprovada pelo Congresso Nacional.

Para acessar a calculadora, use o link <http://aposentometro.cut.org.br/>

<http://cut.org.br/noticias/cut-lanca-aposentometro-em-parceria-com-o-dieese-e2ec/>

## CUT reforça atuação contra reforma trabalhista e previdenciária



Graça Costa, Secretária de Relações de Trabalho da CUT foi recebida nesta manhã pelo Dom Leonardo Steiner, Secretário Geral da CNBB, para conversar sobre a reforma trabalhista e da previdência em curso no Congresso Nacional.

Ambos foram consensuais que o momento é muito delicado e que as reformas representam a retirada de direitos.

Dom Leonardo afirmou que a CNBB está concluído debates internos e entidade vai emitir um nota publica.

Com o ritmo acelerado de discussão as entidades defenderam ações unificadas urgentes com foco na base eleitoral dos parlamentares.

## Bancos públicos estão sob ataque, dizem sindicalistas

Rafael Tatemoto  
Do Brasil de Fato

As instituições financeiras públicas estão sob ataque. Esta é a avaliação de entidades que representam os trabalhadores do ramo. Mudanças estruturais estão atingindo a Caixa Econômica Federal (CEF) e o Banco do Brasil (BB) e os funcionários do Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul) temem sua privatização.

Para João Sicsú, economista e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), há no Brasil uma tentativa de desmonte de "todas estatais". "Essa ofensiva é parte de um projeto que está sendo aplicado no Brasil. É o projeto de austeridade aplicado na Europa cinco anos atrás. Aqui, está sendo acelerado e turbinado. Além de 'recompôr o orçamento público', no sentido de retirar direitos sociais - acesso à saúde e educação -, ele está acelerando outro vetor: as privatizações", diz. "Parte das estatais mais importantes que nós temos são os bancos públicos. Essa é uma ideia antiga, desde a primeira onda neoliberal nos anos 90. Na época, o que se conseguiu fazer, o que já é muito, foi privatizar bancos estaduais, e não todos".

"Nessa segunda onda neoliberal na América Latina, especialmente do Sul, os bancos também são a bola da vez", contextualiza Sicsú.

### Privatização

Talvez o maior exemplo em relação ao que Sicsú aponta esteja se desenvolvendo no Rio Grande do Sul, ainda que haja pouca definição quanto ao futuro do banco público do estado.

O governo, que passa por uma fase de implementação de um pacote de austeridade, tenta negociar as dívidas do estado com a União.

"Uma matéria na imprensa afirmou que a negociação das dívidas do Estado passaria pelo Banrisul. O secretário estadual da Fazenda negou, afirmando que ofereceria três outras empresas: a companhia de energia, a de mineração e a de gás", afirma Carlos Augusto Rocha, diretor da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Instituições Financeiras do Rio Grande do Sul (Fetrafi-RS) e funcionário do banco.

Apesar da negativa, "isso que está acontecendo agora é cópia fiel do ambiente de 1998, quando o então governador Antônio Brito, também do PMDB e que também negociou a dívida do estado, aceitou o Proer, mas Olívio Dutra [que o sucedeu] não privatizou", continua Rocha.

Ele explica a importância do banco para a vida dos gaúchos e gaúchas: "O Banrisul apresentou balanço recentemente: R\$ 659 milhões de lucro. Ele tem 536 agências pelo estado e país e 698 postos de atendimento, abrangendo 98,5% da população gaúcha. É fundamental o papel do banco na bancarização das pessoas menos abastadas, do pequeno cliente, do pequeno e médio empresário. Em 86 municípios do estado o único banco presente é ele".

Além disso, a instituição gera ganhos para o governo, "os dividendos que o Banco auferem e repassa ao Estado". Rocha estima que ao menos metade dos lucros sejam destinados ao estado.

### Demissão

Sicsú lembra que, em nível nacional, esse papel é cumprido pela CEF, que promove a "bancarização de pessoas de baixa renda, que vão no banco privado e não conseguem abrir uma conta. Só de tarifa que vão cobrar, nem vale a pena. A Caixa Econômica absorve esse público. É uma função social importantíssima". A CEF, entretanto, passa por um processo de redução de seus quadros. Os funcionários da instituição têm recebido e-mails para aderirem a um Plano de Demissão Voluntária Extraordinária. A expectativa da instituição é que cerca de dez mil pessoas entrem no programa.

"De extraordinária só tem o nome. Não há nenhuma vantagem para o trabalhador. Reduz os direitos, é pior que os planos de aposentadoria dos últimos anos", critica Dionísio Reis Siqueira, diretor do Sindicato dos Bancários de São Paulo. Segundo ele, a medida vai na contramão das necessidades da instituição: "estamos trabalhando por mais trabalhadores na Caixa há muito tempo".

Siqueira aponta que em 2015 a CEF havia se comprometido a contratar mais dois mil funcionários. À época, tinha 101 mil quadros. Com planos de aposentadoria antecipada, entretanto, chegou a 2017 com 94 mil empregados.

"As condições de trabalho foram precarizadas e pior, precarizou-se as condições de atendimento", reclama. A Caixa justifica as reduções sob o argumento de que, hoje, há opção por atendimento digital.

Siqueira, porém, contesta o entendimento da direção da instituição. "É mentira que a população prefere atendimento virtual. O problema é que a outra opção está sendo sucateada. A estratégia é jogar a população contra o banco, da mesma forma que fez com o Banespa. Precariza o atendimento, para depois dizer que tem que privatizar", prevê.

### Agências fechadas

Sob a mesma justificativa - ampliação do atendimento digital -, o Banco do Brasil vem fechando suas agências.

"São 400 agências fechadas, mais outras 300 se tornando postos de atendimento. Eu ousou dizer que foram fechadas 700 agências. Posto de atendimento tem muita limitação: não tem caixa, não faz negociação, não movimenta dinheiro", constata Carlos de Souza, secretário-geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf). Com esses fechamentos, diversos trabalhadores do BB foram alocados em outras funções. A situação, acarretou em perda dos ganhos mensais. "É uma situação muito triste. O Banco tem uma política de comissionamento, já há algumas décadas acabou-se com o plano de cargos e salários. Isso significa que para alguns funcionários, 70% da renda é comissão", explica Souza. O BB esperava que com um plano de aposentadoria incentivada, cerca de 9 mil cargos seriam abertos, possibilitando realocar pessoas que trabalhavam nas agências fechadas. Apesar dos esforços, parte dos funcionários não pode ser remanejada.

"Mais de 3.400 perderam alguma parte de sua renda, algumas perderam o volume total de comissões", estima Souza, que aponta a necessidade atual de 14 mil novos funcionários para o BB.

Souza também contesta o discurso embasado no atendimento digital: "O Banco fechou agências principalmente em municípios pequenos, no interior. O agricultor, a pessoa da lavoura, muitas vezes não tem acesso. Gera prejuízo para as prefeituras [que perdem as agências]. As pessoas têm que se deslocar até outras cidades para fazer operações bancárias". Outro dado simbólico: "reduziu-se o número mínimo de caixa por agência para apenas um".

"Um dos principais objetivos da instituição era a própria agricultura familiar", lembra Souza. A instituição era responsável por cerca de 70% do financiamento do setor. "Se o Banco do Brasil for desmontado, nós vamos ter um encarecimento da comida na mesa do povo", complementa Siqueira.

Para o integrante da Contraf, o papel desenvolvido pelos bancos públicos se relaciona às perspectivas governamentais. A proximidade da atual gestão federal - Michel Temer (PMDB) - com a Febraban explicaria parte das mudanças que estão ocorrendo.

"Os objetivos mudaram. A quem interessa o enfraquecimento do Banco do Brasil, que vinha sendo um dos primeiros na concorrência? Ao Itaú, ao Bradesco, não à sociedade brasileira", finaliza.

### Crise

O professor da UFRJ, neste sentido, aponta o passado recente de fortalecimento destes bancos públicos federais. O BB, por exemplo, adquiriu a Nossa Caixa e o Banco do Estado de Santa Catarina. Assim, aumentaram sua importância na economia.

Se o BB é o grande responsável pela agricultura familiar, a CEF é a grande financiadora da habitação. Cerca de 70% do crédito habitacional do país é por ela concedido.

"O programa Minha Casa, Minha Vida é totalmente feito pela Caixa Econômica", aponta Sicsú. Ele aponta a importância dos bancos públicos para o desenvolvimento econômico: "Todo investimento na área da indústria é exclusivamente feito pelo BNDES, os privados apenas fornecem capital de giro, coisa que o BNDES também faz".

Medidas como essa, em última instância, recorda o professor, resultam na "geração de empregos". Além disso, têm um papel importante em políticas de combate a recessão econômica.

"O exemplo mais recente é o da crise de 2008. Enquanto as instituições privadas elevaram a taxa de juros e retraíram o crédito na economia, os bancos públicos fizeram o contrário. Ao fazer esse movimento anticíclico, ele reduziram muito o impacto da crise internacional internamente", rememora.

É por essas peculiaridades, que, na sua opinião, justificam sua manutenção nas mãos do Estado: "Eles não só instrumentos anticíclicos. Eles atuam em áreas que a iniciativa privada não atua. Por exemplo: financiamento de longo prazo para obras de infraestrutura - saneamento, mobilidade urbana. Alguns benefícios sociais, como o bolsa família, são pagos apenas em instituições públicas".

A reportagem procurou as direções do Banco do Brasil, Caixa, e Banrisul, bem como o governo do Rio Grande do Sul, mas não obteve retorno.

<http://www.carosamigos.com.br/index.php/cotidiano/9260-bancos-publicos-estao-sob-ataque-dizem-sindicalistas>



## Opinião

## O Duplo Desafio da Esquerda Brasileira

No dia 31 de agosto de 2016, o Senado brasileiro votou pela destituição da presidenta Dilma Rousseff. A chegada ao poder do vice-presidente, o conservador Michel Temer, coloca a esquerda diante de uma dupla frente de luta: as extravagâncias do Partido dos Trabalhadores abalaram sua credibilidade antes mesmo de a direita partir para a ofensiva

Guilherme Boulos

Após quatro eleições presidenciais vencidas pelo PT desde 2002, as forças conservadoras se reorganizaram para afastar a presidenta Dilma Rousseff e substituí-la pelo vice-presidente Michel Temer. Além de duvidosa no âmbito jurídico,<sup>1</sup> a manobra teria sido mais difícil se o PT não houvesse cometido tantos equívocos. O partido renunciou à mobilização popular, costurou repetidas alianças com diversos setores da direita (que mais tarde trabalhariam contra ele) e escolheu responder à crise econômica com medidas de austeridade, correndo o risco de ampliar a insatisfação social.<sup>2</sup> Essas decisões não contribuíram para o surgimento de uma reação ampla diante da ofensiva da direita...

Uma vez no poder, Temer não demorou a lançar-se ao trabalho. Sua receita: um liberalismo frenético no plano econômico e um conservadorismo militante no âmbito político. Suas primeiras decisões desenham desde já um capítulo de retrocesso social sem precedentes na história recente do país.

A composição de seu governo deixa claro que diversidade e paridade não estão entre suas prioridades. Nenhuma mulher, nenhum negro: somente homens brancos ligados às oligarquias regionais, muitos sob suspeita de corrupção. Ministérios como de Direitos Humanos e Reforma Agrária desapareceram. Foi por pouco que o novo presidente não desfez também o Ministério da Cultura: voltou atrás depois de uma onda de protestos de um meio artístico menos escandalizado pela supressão de outras pastas.

Se por um lado o programa de Temer tem o apoio do setor bancário e de grandes empresas, por outro jamais foi submetido ao voto. Em encontro com grandes nomes do patronato brasileiro, o novo presidente ainda prometeu que “não seria candidato à reeleição”, antes de ressaltar que isso o deixava com as mãos livres para “dar prioridade ao ajuste orçamentário”.<sup>3</sup> Em outros termos, mostrou que manterá sua determinação porque não vai pagar o preço político das medidas impostas à população – que se anunciam severas.

O programa econômico de Temer se organiza em torno de três propostas: a emenda constitucional destinada a criar um teto para os gastos públicos (a PEC 55), a “reforma” da Previdência Social e a “flexibilização” da legislação trabalhista. Todas elas implicam retrocessos de direitos conquistados por fortes lutas sociais.

**A hora de enfrentamento**

A PEC 55, aprovada em 13 de dezembro, impõe o congelamento dos investimentos públicos por um período de vinte anos. As despesas federais não podem crescer acima da inflação até 2037; portanto, elas não aumentarão em termos reais, contrariamente à demografia. A medida significa o colapso dos serviços públicos e a morte de programas sociais – sem precedentes em nível internacional. Pretexo evocado pelo poder: urgência de diminuir o déficit orçamentário e reembolsar a dívida pública. Em alta desde 2014, esta representa apenas 66% do PIB, índice inferior ao registrado na União Europeia.

A reforma da Previdência não é menos alarmante. Temer retomou uma ideia avançada por Dilma que já implicava redução de direitos e levou-a ainda mais longe, com a definição da idade mínima para aposentadoria em 65 anos. Em muitas regiões do país, a esperança de vida nem sequer chega a esse patamar.

Terceira ambição: flexibilizar a legislação trabalhista e reduzir o “custo” da mão de obra. Como? Autorizando a terceirização em todos os setores e tornando a negociação patrão-empregados superior à lei (uma medida que pode lembrar aos leitores franceses as disposições da “Lei Trabalho”). Esse último ponto retoma um projeto de lei já em estudo no Congresso, que estabelece a legalização de contratos desvinculados da legislação, desde que sejam negociados entre patrões e empregados.

Esse conjunto de propostas fez as elites econômicas legitimarem o projeto de destituição de Dilma concebido pela direita parlamentar – em relação ao qual estavam hesitantes no início. A presidenta não teria tentado ela mesma apaziguá-los lançando as bases de um ajuste estrutural em 2015 e de uma reforma da Previdência Social? Calculou mal: essas medidas agravaram a recessão e a insatisfação popular, enquanto as empresas e os bancos, de seu lado, julgaram suas medidas insuficientes e preferiram substituí-la por Temer.

A destituição de Dilma marca o fim de um ciclo no Brasil. Durante treze anos, os governos de Luiz Inácio Lula da Silva e depois os de Dilma trabalharam para reforçar um “arranjo” que consistiu em promover certos avanços sociais e uma melhoria de vida dos mais pobres, sem, contudo, ameaçar os interesses dos mais ricos. A miséria recuou, enquanto os lucros decolaram. Lula foi, assim, o grande arquiteto de uma política de “conciliação”.<sup>4</sup>

O “setor inferior” da sociedade se beneficiou de políticas de revalorização do salário mínimo, do reforço da capacidade de consumo dos trabalhadores, assim como de programas sociais de luta contra a miséria e a favor do acesso à universidade, moradia e saúde. O “setor superior”, por sua vez, recebeu créditos oferecidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e generosas isenções fiscais. Seus privilégios históricos jamais foram colocados em questão. O sistema tributário, regressivo, não foi modificado, nem o nível de concentração das propriedades rurais e urbanas. O PT manteve – ou melhor, reforçou – a política de

redirecionar um excedente primário para garantir o reembolso de uma dívida em grande parte das classes dominantes do país. Jamais contestou o controle do setor privado sobre os meios de comunicação ou tentou erradicar a corrupção, lubrificante do sistema político por ele herdado.<sup>5</sup>

Esse acordo, apresentado como “ganha-ganha”, não teria sido possível sem crescimento. E ele foi significativo (4% em média durante os dois governos de Lula), notadamente em função de uma situação internacional favorável: alta nos preços de produtos primários e crescimento da China. Esse contexto facilitou o aumento das reservas de divisas do Estado e permitiu aumentar os investimentos sociais sem que fosse preciso passar por reformas estruturais.

Com a crise de 2008 e a mudança do contexto internacional, esse modelo colapsou. Em 2009, a política anticíclica de Lula conseguiu, em um primeiro momento, manter o crescimento e retardar a catástrofe. Mas em 2011, enquanto Dilma dirigia o país, o acordo “ganha-ganha” começou a dar sinais de esgotamento. A margem de manobra para manter a conciliação de interesses tornou-se mais restrita, e a resposta da presidenta – a austeridade – precipitou a crise.

Esta tornou-se flagrante a partir das manifestações de junho de 2013,<sup>6</sup> que marcaram o fim do consenso social que assegurava a hegemonia do PT. A operação de luta contra a corrupção “Lava Jato” abalou a imagem do partido e reduziu a capacidade de investimento da Petrobras e outras grandes empresas. A base parlamentar do governo implodiu, e a direita se reorganizou. Impossível, desde então, ignorar a derrocada estratégica do PT e sua crise institucional.

Essa situação coloca a esquerda brasileira e os movimentos sociais diante de novas dificuldades. A derrota do PT atingiu todo o campo progressista, facilitando a ofensiva dos conservadores e dos liberais. Os escândalos de corrupção abalaram fortemente a autoridade moral daqueles que encarnam a esquerda aos olhos da população. E a incapacidade do partido de realizar uma autocrítica real ou reconhecer o esgotamento de sua estratégia agrava a crise.

O PT foi a força hegemônica da esquerda brasileira durante 35 anos. Representou o lugar onde se reuniam as forças do movimento social e as de setores progressistas. Hoje, a capacidade de desempenhar esse papel está enfraquecida. Isso não significa morte, como pretendem os editorialistas. Lula dispõe ainda de forte apoio popular; sem dúvida representa a melhor opção na perspectiva das próximas eleições presidenciais, apesar do linchamento jurídico-midiático do qual é objeto. Mas o partido perdeu muito de seu dinamismo e de sua capacidade de mobilização. Envelheceu.

Como a esquerda vai reagir, na medida em que não apareceu ainda nenhuma força capaz de ocupar o espaço deixado pelo PT? Observam-se, sem dúvida, resistências importantes, notadamente contra a PEC 55 e a corrupção de dirigentes políticos – o presidente do Senado, Renan Calheiros, tornou-se réu acusado de desvio de fundos públicos, julgamento que jogou lenha na fogueira da cólera popular. Os sem-teto realizaram grandes mobilizações em centros urbanos. No plano político-partidário, o Partido Socialismo e Liberdade (Psol), apesar de minoritário, reúne um grupo de parlamentares combativos que deixaram o PT para criar uma formação mais à esquerda. Mas essas iniciativas são ainda insuficientes para representar uma solução.

A esquerda se encontra, assim, confrontada por dois grandes desafios. O primeiro: ampliar o protesto contra o governo Temer, o que dependerá da capacidade dos movimentos sociais de reunir suas forças e mobilizar trabalhadores para a gravidade desses ataques. O segundo: construir um novo campo político de esquerda, assumindo o fato de que o período de consenso acabou. No momento atual, não é possível pleitear nenhum avanço social sem mobilizar a rua. A elite e a direita já entenderam; parte da esquerda ainda hesita.

A renovação das forças dependerá da capacidade da esquerda de encarnar uma solução contra-hegemônica – sem a qual a insatisfação social e política, amplificada pela crise, será canalizada por essa “nova direita” que, em nível internacional, soube recuperar o descontentamento e direcioná-lo para os chamados *outsiders*, como Donald Trump nos Estados Unidos, Nigel Farage no Reino Unido ou ainda Marine Le Pen na França. Um fenômeno que não poupa o Brasil.

A esquerda deve retomar a radicalidade que conscientemente negligenciou. Radicalidade democrática, com o objetivo de participação política e representação da diversidade brasileira. Radicalidade estratégica, com um programa ambicioso de transformação social, capaz de reanimar a esperança. A forma institucional que esse novo campo terá ainda não está clara, assim como o tempo que ex igirá sua construção. Mas sua necessidade torna-se cada dia mais evidente.

\*Guilherme Boulos é coordenador nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) e da Frente Povo Sem Medo.

<http://diplomatie.org.br/o-duplo-desafio-da-esquerda-brasileira/>

## O que está por trás do ataque ruralista à Imperatriz Leopoldinense

*O carnaval carioca atraiu para si o ódio que os indígenas sentem há décadas*

Sonia Bone Guajajara\*



Quando a escola de samba Imperatriz Leopoldinense divulgou em janeiro seu enredo de 2017, “Xingu, o clamor que vem da floresta”, um discurso de ódio emergiu da terra. Ataques raivosos aos cariocas, ao Rio e ao Carnaval, além do tradicional e triste racismo contra os povos indígenas, afloraram nas redes sociais e até em certos canais de televisão. Quem está no ritmo de levar alegria ao Sambódromo levou um susto. Para o indígena, infelizmente isso não é novidade. Esta é somente mais uma face dos ataques consistentes desferidos sobre nosso modo de vida e nossos direitos conquistados na Constituição de 1988.

A lei suprema do Brasil assegura o direito originário dos povos indígenas sobre as terras que tradicionalmente ocupam. Conhecida como “Constituição Cidadã”, é referência mundial no que diz respeito aos cuidados com o ambiente e com os direitos humanos.

Sob a sua inspiração, o Brasil assumiu importantes compromissos internacionais, sendo signatário, por exemplo, da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e da Declaração dos Povos Indígenas da ONU, e ganhou admiração internacional ao reconhecer mais de 110 milhões de hectares de terras indígenas (TIs).

Só que, desde sua promulgação, a Constituição sofre ataques intensos dos desgostosos, por meio de propostas de emendas constitucionais, como tiros desferidos incessantemente: PEC, PEC, PEC.

É o caso da PEC 215, escrita para transferir a atribuição de demarcar terras indígenas do Poder Executivo para o Legislativo, no qual a bancada ruralista ocupa hoje desproporcionais 40% das cadeiras. Imagine o que sobriaria dos indígenas e da natureza.

Em 2017, outro ataque apareceu, e agora vindo da Presidência da República: uma portaria em 18 de janeiro, publicada pelo Ministério da Justiça do então ministro Alexandre de Moraes (esse que vai agora para o Supremo Tribunal Federal indicado pelo presidente Temer), instituiu um grupo para rever processos de demarcação de terras indígenas feitos pela já enfraquecida Funai.

O movimento indígena e o Ministério Público Federal reagiram, e a portaria foi revogada. Mas outra foi publicada em seu lugar, e a ameaça continua no ar, pois o grupo criado se mantém e decisões de natureza política podem prevalecer sobre conclusões técnicas.

Além disso, essa portaria abre espaço para uma série de medidas que atentam contra os direitos indígenas. A principal é a tese do “marco temporal”, que na prática significaria que só teríamos direito às terras ocupadas até outubro de 1988, a data da promulgação da Constituição – mesmo que tivéssemos sido expulsos delas com violência, como foi reconhecido oficialmente pelo Estado brasileiro no relatório da Comissão Nacional da Verdade.

É importante deixar claro: segundo o entendimento consolidado do Supremo Tribunal Federal, “os direitos dos índios sobre as terras que tradicionalmente ocupam foram constitucionalmente ‘reconhecidos’, e não simplesmente outorgados, com o que o ato de demarcação se torna de natureza declaratória, e não propriamente constitutiva. Ato declaratório de uma situação jurídica ativa preexistente.”

“Essa a razão de a Carta Magna havê-los chamado de ‘originários’, a traduzir um direito mais antigo do que qualquer outro, de maneira a preponderar sobre pretensões direitos adquiridos, mesmo os materializados em escrituras públicas ou títulos de legitimação de posse em favor de não-índios.”

Sendo assim, rever demarcação de terras indígenas (TIs), como quer a PEC 215 e também a portaria do ministro Alexandre de Moraes, é incompatível com a Constituição Cidadã e atinge em cheio seu espírito, garantidor da própria democracia brasileira: os direitos fundamentais dos grupos minoritários ou daqueles menos influentes econômica e politicamente, que não podem ser alvo de violação, ainda que majorias de ocasião queiram.

O discurso de ódio que mirou a Imperatriz Leopoldinense segue uma lógica de supressão de direitos, que atendem a negociações e acordos firmados às escondidas, e que buscam retroceder as conquistas dos povos indígenas brasileiros.

Para piorar, o tiro pode sair pela culatra e atingir a eles próprios e a todo o País. Terras indígenas servem como barreira ao desmatamento, pela forma tradicional de viver. Desmata-se dez vezes menos dentro das TIs do que fora e, por isso, elas ajudam a regular o clima do planeta. Isso é bom para todo mundo, inclusive para o próprio produtor rural.

Por outro lado, quanto mais se desmata, pior o clima fica. Segundo o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), o grande bloco de floresta que existe dentro do Parque Indígena do Xingu serve como um regador e um ar condicionado natural para a produção do lado de fora, onde a grande maioria da vegetação não existe mais.

Já o estudo “Economia da mudança do clima no Brasil” (Margulis, Dubeux e Marcovitch, 2011) mostra que a perda da produção média de soja no País por causa das mudanças climáticas pode chegar a 20% até 2050. Um prejuízo de 6 bilhões de reais por ano.

Um terço da Amazônia está sob nossa proteção. Essa área armazena um estoque de 13 bilhões de toneladas de carbono na forma de floresta. Desassistida, nada sobrar.

Logo, vai aqui o nosso alerta: expulsar o índio de sua terra equivale a matar a galinha dos ovos de ouro do Brasil. Mexer com o índio é subtrair direitos constitucionais pelos quais o país é reconhecido. É mexer com o clima, o que enfraquece a economia e piora a vida de todo mundo.

A Imperatriz Leopoldinense talvez não tivesse ideia de onde estava se metendo quando escolheu falar do Xingu, mas seguiu o caminho certo. Porque hoje defender o índio brasileiro é defender o futuro do país.

*\*Sonia Bone Guajajara é coordenadora-executiva da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib).*

<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/o-que-esta-por-tras-do-ataque-ruralista-a-imperatriz-leopoldinense>

Leia também: **O Projeto do Governo Temer de “Vender o Território do Brasil”**

<http://www.ihu.unisinos.br/565134-o-projeto-do-governo-temer-de-vender-o-territorio-do-brasil>





**NÃO À PEC 287**

**MULHERES CONTRA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA**

**AS MULHERES VÃO PARAR 8 DE MARÇO**

## Seminário CUT-DIEESE

REFORMA DA  
PREVIDÊNCIA  
E AÇÃO SINDICAL



**09 10**  
de março

**CUT** BRASILIA **DIEESE**

### Programação

#### 09\03

9h – Abertura;  
10h – A Seguridade Social e a Previdência: atribuições e fontes de financiamento;  
14h – Contexto e motivação da Reforma da Previdência;  
16h – A PEC 287, conteúdo, impacto geral e sua tramitação

#### 10\03

9h – A PEC e os impactos nos diversos segmentos populacionais: servidores, professores, mulheres e rurais;  
14h – A proposta da PEC à luz da experiência internacional e latino-americana;  
16h – Reforma da Previdência: a ação sindical e dos movimentos sociais.

Local : **Auditório Paulo Freire, SINPRO-DF,**

Horário: 09h00

<http://www.cutbrasil.org.br/site/cut-brasil-e-dieese-promovem-seminario-contr-retrocesso/>

### Mato Grosso

**JORNADA  
NACIONAL  
DE DEBATES**

**REFORMA DA  
PREVIDÊNCIA**



O DIEESE e as Centrais Sindicais convidam você para a **13ª JORNADA NACIONAL DE DEBATES**. O evento terá como tema a PEC 287, que trata da reforma da Previdência Social.

Confirme presença até **8 de março**, pelo e-mail [relacionamento@dieese.org.br](mailto:relacionamento@dieese.org.br).

Data: 9 de março de 2017  
Horário: 9h  
Local: Auditório do Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público do Mato Grosso (Sintep-MT)  
Rua Mestre João Monge Guimarães, 102,  
Bandeirantes - Cuiabá/MT

Mais informações  
[relacionamento@dieese.org.br](mailto:relacionamento@dieese.org.br)  
0800 77 33 117





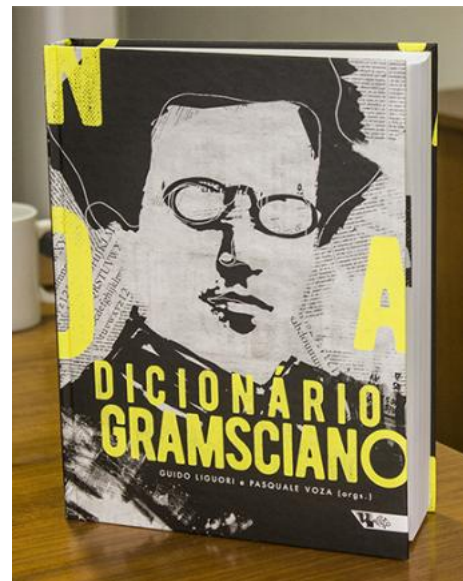


### POR QUE NÃO É REFORMA E SIM O FIM DA APOSENTADORIA

- 1** Hoje, mulheres podem se aposentar aos 60 anos. Pela proposta do governo de Temer do PMDB/PSDB, homens e mulheres se aposentam só aos 65 anos. Mesmo sabendo que as mulheres trabalham mais por conta da maior atenção com a casa e os filhos.
- 2** Hoje o tempo mínimo de contribuição é 15 anos. Temer propõe na PEC 287 aumentar para 25 anos de contribuição. **Serão 49 anos de contribuição** para ter direito ao valor integral do salário. 49 anos sem nenhuma interrupção.
- 3** Sabe o seu/sua professor/a querido/a? Ele ou ela não será mais segurado especial, nem as mulheres e muito menos os trabalhadores/as rurais responsáveis por **80% da produção de alimentos** que chegam à nossa mesa. Temer igualou a idade para homens e mulheres. 65 anos de idade. 49 anos de contribuição.
- 4** Temer ainda propõe separar o benefício assistencial pago a idosos e deficientes do salário mínimo. E ainda por cima, quer ampliar a idade mínima **de 65 para 70 anos** para se ter o acesso a esse benefício.
- 5** Se aprovada a PEC 287/2016, **será a falência dos municípios**, pois é este recurso social que movimentava a economia de grande parte deles.

### E QUAL A SAÍDA?

Denunciar mais esse golpe que atinge todas as famílias sobretudo as mais pobres e mais desprotegidas. E pressionar cada 1 dos 14 deputados e deputadas do Pará que ainda não disseram como vão votar. #PressãoNeles



A Boitempo acaba de publicar o monumental **Dicionário gramsciano**, organizado por Guido Liguori e Pasquale Voza. Ao longo de quase mil páginas, o livro destrincha o pensamento de Antonio Gramsci em uma obra de referência com mais de 600 verbetes elaborados por alguns dos mais importantes estudiosos de sua obra no mundo.

A partir de estudos aprofundados das palavras-chave da obra de Gramsci, seguindo o método filológico, desenvolveu-se no seio da International Gramsci Society Italia (IGS Italia) a ideia de construção de um **Dicionário gramsciano**. O objetivo era mesmo o de elaborar um instrumento de consulta e pesquisa que fosse útil a pesquisadores mais experientes, mas também acessível e de grande proveito para um público mais amplo de estudantes de diferentes níveis de formação. A iniciativa e a coordenação dos trabalhos ficaram a cargo do professor Guido Liguori, da Universidade da Calábria e atual presidente da IGS Italia, e do professor Pasquale Voza, da Universidade de Bari. Os colaboradores do **Dicionário** foram muitos e de diversos países, inclusive do Brasil.



Se parece inaceitável o surgimento do racismo em algum ponto da existência da humanidade, mais surpreendente ainda é a perpetuação dele até os tempos atuais. Ao lado de aparentes avanços para a redução da desigualdade racial, persistem preconceito, opressão e violência que vitimam um incontável número de pessoas. O quadro desolador é, direta ou indiretamente, tema de alguns dos filmes concorrentes ao Oscar deste ano, tendo na categoria dedicada aos documentários as produções mais incisivas, entre eles *Eu não sou seu negro*,

Narrado por Samuel L. Jackson, o documentário constrói uma reflexão sobre como é ser negro nos Estados Unidos. Em 1979, James Baldwin iniciou seu último livro, "Remember This House", relatando as vidas e assassinatos dos líderes ativistas que marcaram a história social e política americana: Medgar Evers, Malcolm X e Martin Luther King Jr. Baldwin não foi capaz de completar o livro antes de sua morte, e o manuscrito inacabado foi confiado ao diretor Raoul Peck, que combina esse material com um rico arquivo de imagens dos movimentos Direitos Civis e Black Power, conectando essas lutas históricas por justiça e igualdade com os movimentos atuais que ainda clamam os mesmos direitos.

Trailer: <https://www.youtube.com/watch?v=fUsO4A8z4Vg>



# BOLETIM INFORMATIVO

## EXECUTIVA

**José Avelino Barreto Neto**  
Presidente

**Sérgio Luiz Campos Trindade**  
Vice-presidente

**Marly Terezinha Ferreira**  
Secretaria Geral

**Cleiton dos Santos Silva**  
Secretário de Administração e Finanças

**Juliano Rodrigues Braga**  
Secretário de Assuntos Jurídicos

**Sonia Maria Rocha**  
Secretária Org. do Ramo Financeiro

**Jacy Afonso de Melo**  
Secretário de Formação Sindical

**Jair Moraes Gomes**  
Secretário de Imprensa e Divulgação

**Sebastião Tavares de Oliveira**  
Secretário de Relações e Políticas Sindicais

**Márcio Ramos Saldanha**  
Secretário de Relações Institucionais

**Conceição de Maria Costa**  
Secretária de Saúde e Condições de Trabalho

**Cleber Bonfim**  
Secretária de Política de Igualdade

**Edvaldo Franco Barros**  
Secretário de Bancos Privados

**André Matias Nepomuceno**  
Secretário de Bancos Públicos

**Edson Azevedo dos Anjos Gomes**  
Secretário de Política Socioambiental

**Raul Lídio Pedroso Verão**  
Secretário de Cooperativas de Crédito

**Maria Aparecida Sousa**  
Secretária da Mulher

**Rose Lidiane Ramos de Souza**  
Secretária da Juventude

**Manoel Parreira Matos**  
Secretário de Combate ao Racismo

# TUXAUA

SECRETARIA DE FORMAÇÃO

## O que é Tuxaua?

Tuxaua é um termo indígena cujo significado varia conforme a tribo. Entre os *sateré-mawé*, por exemplo, o grau de influência política de um tuxaua oscila segundo inúmeros critérios, como seu conhecimento sobre o tempo dos antigos (história e mitologia de sua gente), sua capacidade como orador, seu grau de generosidade, sua habilidade para conduzir os problemas internos de sua comunidade e a tônica de suas relações com os agentes da sociedade, como patrões e políticos locais.

Tuxaua, também é sinônimo daquele que observa, articula, fomenta e motiva as capacidades pessoais e coletivas de seu povo.

A liderança do Tuxaua se caracteriza pela forma consensual como é exercida. É antes de tudo um articulador das intenções do grupo e coordenador das atividades. Portanto, tem que conviver e administrar as outras instâncias de liderança que coexistem em seu espaço de vida e atuação. É, então, o articulador e mobilizador das pessoas as quais lidera e representa.

Tuxaua foi escolhido como nome deste Boletim para homenagear a população indígena, presente e representativa no Centro-norte do Brasil e que tanto tem a nos ensinar sobre organização, respeito mútuo, liderança e articulação de ações.

O Boletim tem por objetivo estimular o debate, socializar informações e agendas, especialmente as de formação, dos sindicatos filiados à FETEC-CN/CUT.

## Boletim Informativo da Secretaria de Formação FETEC-CUT/Centro Norte

Avenida Historiador Rubens de Mendonça, 2254, Ed. American Center. Sala 1209 - Bairro Jardim  
Aclimação - Cuiabá - MT  
Fone: (65) 3363 6600

E-mail: [tuxaua@feteccn.com.br](mailto:tuxaua@feteccn.com.br)

